



# PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM

## Avaliação de História: 3º bimestre

Nome do(a) aluno(a): \_\_\_\_\_

Turma: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

### 1. Leia o texto a seguir e depois responda:

[...] A nova Carta foi outorgada em 25 de março de 1824, e embora não diferisse muito da proposta que os deputados tinham discutido antes da dissolução da Assembleia Constituinte, trazia uma diferença fundamental: não emanava da representação da nação, mas era concedida pela magnanimidade do soberano, tendo sido elaborada por um Conselho de estado, instituído pelo imperador.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *A vida política*. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 104.

Assinale a alternativa **incorreta** sobre a Constituição de 1824:

- a) A Assembleia Constituinte eleita para elaborar a primeira constituição do Brasil foi dissolvida pelo imperador na Noite da Agonia.
- b) A Constituição preparada pelo conselho de estado instituído pelo imperador não era muito diferente daquela elaborada pelos deputados constituintes.
- c) A Carta outorgada por D. Pedro I em 1824 diminuía os poderes do imperador e aumentava o dos presidentes das províncias.
- d) A Constituição de 1824 não tinha legitimidade em termos de representação eleita e diversidade regional.

### 2. Embora fosse visto pelo partido brasileiro como um personagem fundamental para a construção da independência do Brasil, aos poucos, D. Pedro I se revelou, entre outras coisas, autoritário no trato com as questões políticas, o que passou, gradativamente, a desgastar sua imagem como chefe de Estado. Com a ajuda das palavras e expressões em destaque, elabore um texto de um parágrafo que explique as razões que contribuíram para o aumento da impopularidade do imperador e que o levaram à renúncia ao trono em 1831:

Frei Caneca – Confederação do Equador – Autoritarismo – Província Cisplatina – Inflação – Noite das Garrafadas – Sucessão do trono português – Jornalista Líbero Badaró

**3. Leia o texto e depois responda:**

**Abdicação**

Em 1825, o Império do Brasil alcançou relativa estabilidade: no plano interno, esmagada a Confederação do Equador, as províncias encontravam-se pacificadas e, no externo, o país começava a ser reconhecido pelos demais Estados. No entanto, sob a aparente imposição de uma nova ordem, alguns problemas fundamentais continuavam sem solução. De um lado, ainda não se forjara a ideia do que significava ser brasileiro, em função tanto das diferenças regionais quanto da força com que se impusera a concepção de um novo Império aos setores mais conservadores da elite. De outro, a existência de regiões díspares subordinadas ao Rio de Janeiro, cujos elementos de aproximação eram apenas a língua e a religião, levava a divisão no seio das próprias elites, que tinham um único interesse comum – a manutenção da escravidão. Tudo isso se convertia, potencialmente, em diferenças e antagonismos que iriam aflorar ao longo do Primeiro Reinado.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.12.

Com base no texto e no que você aprendeu sobre as lutas pela independência, identifique pelo menos um fator que tenha contribuído para que algumas províncias não aceitassem a independência.

---

---

#### 4. Leia o texto e depois responda:

No dia 7 de abril de 1835, pela primeira vez na história do Brasil, houve uma eleição nacional para indicar o chefe do Poder Executivo. O escolhido iria substituir, como regente único, o imperador D. Pedro II, então com nove anos de idade, até que ele completasse a maioridade. Seria um cidadão com poderes de rei. Essa foi, em todo o período imperial, a única oportunidade, que os brasileiros tiveram de escolher o homem que queriam à frente do governo do país.

[...] O eleito foi o padre Diogo Feijó, um brasileiro comum: sem tradição de família em um país de dinastias familiares (sua certidão de batismo o apresentava como “filho de pais incógnitos”); sem dinheiro nem terras (tinha, na época, apenas uma casa em um subúrbio de São Paulo); sem título de nobreza – os quais dava mostras de detestar.

CALDEIRA, Jorge. **Nem céu nem inferno**. Ensaios para uma visão renovada da história do Brasil. São Paulo: Três Estrelas, 2015, p.81.

O texto em questão se refere à eleição de Diogo Feijó para o cargo de regente uno, em 1835. Sobre o significado do período regencial podemos afirmar que:

- a) Foi um período de governo que se iniciou em razão da morte de D. João VI, rei de Portugal, que se transferiu para o Brasil.
- b) Foi um período iniciado logo após a proclamação da independência, tendo sido D. Pedro I reconhecido como príncipe regente do Brasil.
- c) Foi um período de aproximadamente nove anos, que ocorreu após a abdicação de D. Pedro I e deu-se em razão da menoridade do príncipe herdeiro.
- d) Foi um período ilegítimo de governo, pois ao saberem da abdicação de D. Pedro I, seus adversários políticos organizaram um golpe e instituíram as regências.

#### 5. Leia com atenção o texto a seguir:

Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltaram contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurou dar alguma autonomia às Assembleias Provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre, porém, que, agindo nesse sentido, os regentes

acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp: FDE, 2000. p. 165.

a) Identifique e transcreva o trecho em que o autor explica como as políticas implementadas durante a Regência contribuíram para o crescimento das insatisfações que levaram às revoltas que marcaram o período.

---

---

---

---

b) Cite duas revoltas regionais e onde elas ocorreram durante o período regencial.

---

---

**6.** O texto a seguir trata da economia no Segundo Reinado. Leia-o com atenção e responda ao que se pede.

Ainda no campo econômico, foi também importante, e nesse caso, bem-sucedida, a lei que introduziu o primeiro código comercial do país. A regulamentação das atividades comerciais e, sobretudo, na organização de empresas veio em momento oportuno. O fim do tráfico deixara ociosos recursos que buscavam outras aplicações. Em consequência, o Rio de Janeiro foi palco do primeiro surto de atividades econômicas, incluindo a criação de bancos, de companhias de navegação, de transporte urbano, e industriais. Algumas dessas empresas tinham caráter especulativo, outras foram de fato, implantadas. Era o início da modernização capitalista do país.

CARVALHO, José Murilo de. *A vida política*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). **A Construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva. p. 101.

Segundo o texto, no Segundo Reinado:

a) Permaneceu no Brasil o modelo econômico colonial centrado exclusivamente no setor agroexportador.

b) A transformação do capital antes investido no tráfico de escravos para outros ramos da economia, pode ser considerada o início do capitalismo no Brasil.

- c) Foi conservado o código comercial colonial, o que manteve a economia brasileira atrasada, exceto a cidade do Rio de Janeiro que foi palco de um surto de crescimento.
- d) O caráter especulativo da modernização capitalista no período, impediu que a economia se desenvolvesse e a maioria das empresas criadas faliu.

**7.** A escravização de africanos e seus descendentes prevaleceu como principal fonte de força de trabalho no Brasil, desde a chegada dos primeiros europeus no século XVI até 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea. Aponte ao menos um dos interesses que motivavam os ingleses a pressionar o Brasil pelo fim da escravidão?

---

**8.** A Guerra do Paraguai, maior conflito armado que o império brasileiro se envolveu, colocou, de um lado, as tropas paraguaias lideradas pelo presidente Solano López e de outro, a Tríplice Aliança, representada por Brasil, Argentina e Uruguai. Sobre a Guerra do Paraguai e suas consequências, avalie as afirmações a seguir:

I. A atuação do Brasil no século XIX, que já havia derrubado presidentes na Argentina e no Uruguai, entrou em choque com os interesses expansionistas de Solano López, provocando o conflito.

II. A derrota paraguaia representou não apenas a ruína econômica do país – dados o endividamento pelos custos de guerra, a perda de territórios e de grande parte das suas indústrias –, mas também social, uma vez que sua população foi reduzida drasticamente.

III. Apesar dos ganhos territoriais, a participação do Brasil no conflito trouxe diversas consequências, entre elas, a inflação e o aumento da dívida externa do país.

Podem ser apontadas como corretas:

- a) Somente I e III.
- b) Somente II e III.
- c) Somente III.
- d) Todas as alternativas.

**9.** Leia o texto a seguir depois responda ao que se pede.

Os italianos começaram a chegar ao Rio Grande do Sul somente meio século depois dos alemães, mas vieram motivados pelas mesmas razões. Como no caso germânico, os problemas italianos estavam ligados ao processo de formação do seu Estado nacional, também constituído tardiamente. Dessa forma, o grande movimento emigratório italiano dos fins do século XIX está diretamente

relacionado com a grave crise econômica que o país atravessou logo após a sua unificação em 1870.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 95-96.

No texto são apresentadas as motivações que levaram italianos e alemães a emigrar da Europa ao longo do século XIX. No Brasil, havia o interesse pela chegada desses imigrantes.

a) Quais os objetivos do Estado brasileiro ao incentivar imigração para a região Sul?

---

---

b) Além dos estados da região Sul, São Paulo também recebeu grande contingente de imigrantes. Quais os interesses para a entrada de imigrantes em São Paulo?

---

---

## 10. Leia o texto a seguir e responda às questões.

A Princeza Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30

dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

**BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2018.

a) Qual o nome dado para essa lei?

---

b) De acordo com o texto da lei, qual foi o grupo beneficiado?

---

c) Qual o benefício concedido pela lei?

---

---